

CROW, Deserai A. et al. Stakeholder participation and strategy in rulemaking: a comparative analysis. **State politics & policy quarterly**, v. 19, n. 2, p. 208-235, 2019.

The imperative to include diverse stakeholder voices in debating, promulgating, and implementing legislation and regulation fills the public policy literature, in particular because by doing so, decision-makers can arrive at more legitimate and widely supported laws and rules. As more inclusive policymaking processes become the norm, however, stakeholders of all types must weigh trade-offs in determining the most appropriate strategies with which to participate in order to influence policy outcomes. For example, while some stakeholders may attempt to influence outcomes by providing technical or scientific information about the issue at hand, others may work to mobilize support from the public for a particular policy outcome that aligns with the group's broader political goals. As a result, understanding which strategies stakeholders choose to employ in order to influence policy change can help us learn more about why certain policy outcomes are generated.

To date, most scholarly attention to stakeholder participation in policy processes has focused on either legislative policymaking venues or federal-level regulatory processes, leaving the role of stakeholder strategy in state-level regulatory processes underexplored. Moreover, the role of industry stakeholders' participation has received greater attention than that of other stakeholders in federal and state regulatory processes. Industry groups often have a direct economic interest in participating in regulatory policymaking, as they are typically the community that must abide by the regulations being developed. Furthermore, because rulemaking is often technical in nature, focused on nuances of compliance, reporting, technical allowances, and similar issues, industry groups are expected to have greater influence due to the technical knowledge they bring to bear. The influence of industry stakeholders may be further increased as a result of agency discretion over rulemaking processes, particularly at the state level, which has been found to provide greater access for industry stakeholders, especially those who have previously been involved in agency rulemaking processes. However, participation and influence of non-industry stakeholders, such as advocacy groups, in rulemaking is less clear. These advocacy stakeholders, particularly at the state level, must often make strategic calculations regarding their participation due to having more limited resources than industry groups and organizational goals that are often broader and more political than the technical aspects of rulemaking.

The stakeholder strategy literature suggests that when attempting to influence regulatory decision processes, industry actors may be more likely to employ "insider" strategies that leverage their expertise and prior relationships with regulatory agencies, while advocacy stakeholders may be more likely to use "outsider" strategies that include mobilizing their constituents, media outreach, and protest. In modern regulatory policymaking processes, however, both categories of actors include highly sophisticated organizations and the patterns in stakeholder strategy that we observe may be more nuanced than the traditional insider/outsider dichotomy predicts. As state-level rulemaking becomes increasingly central to policymaking in the United States, analyzing the strategies used by various stakeholders to influence regulatory processes can help explain variation in rulemaking outcomes across states.

GABARITO

“O imperativo para incluir as vozes de diferentes grupos de interesse no debate, promulgação e implementação de legislação e regulação preenche a literatura de políticas públicas, em particular porque, assim, tomadores de decisões podem chegar a leis e regras mais legítimas e amplamente apoiadas. Conforme processos de elaboração de leis mais inclusivos tornam-se a norma, contudo, grupos de interesses de todos os tipos devem pesar custos e benefícios na determinação da estratégia mais apropriada com a qual participar de modo a influenciar os resultados da política. Por exemplo, enquanto alguns grupos de interesse podem tentar influenciar os resultados pelo oferecimento de informação técnica ou científica sobre o tema em discussão, outros podem trabalhar para mobilizar apoio do público para um resultado de política particular que se alinha com as metas políticas mais amplas do grupo. Como resultado, compreender que estratégias os grupos de interesse escolhem para empreender de maneira a influenciar a mudança de políticas pode nos ajudar a aprender mais sobre porque certos resultados de políticas são produzidos.

Até hoje, a maior parte da atenção acadêmica para a participação de grupos de interesse em processos de políticas tem focado ou nas esferas legislativas de elaboração de políticas ou nos processos regulatórios a nível federal, deixando inexplorado o papel da estratégia dos grupos de interesse em processos regulatórios no nível do estado. Além disso, o papel da participação dos interesses industriais tem recebido maior atenção do que de outros grupos de interesse nos processos regulatórios federais e estaduais. Grupos industriais frequentemente possuem um interesse econômico direto na participação em elaboração de política regulatória, já que eles são tipicamente a comunidade que deve seguir as regulações em desenvolvimento. Além disso, devido a elaboração de leis ser frequentemente técnica por natureza, focada em nuances de cumprimento, notificação, permissões técnicas e temas similares, espera-se que grupos industriais tenham maior influência pelo conhecimento técnico que eles vêm a portar. A influência dos grupos de interesse industriais pode ser ainda ampliada como resultado da discricionariedade de agências sobre os processos de elaboração de leis, particularmente no nível do estado, que tem sido apontado por prover maior acesso para grupos de interesse industriais, especialmente aqueles que se envolveram previamente em processos de elaboração de leis por agências. Contudo, a participação e influência de grupos de interesse não-industriais, tais como grupos de advocacia, em processos de elaboração de leis é menos claro. Esses grupos de interesse advocatícios, particularmente no nível do estado, devem frequentemente fazer cálculos estratégicos relacionados a sua participação devido a terem recursos mais limitados que grupos industriais e metas organizacionais que frequentemente são mais amplas e mais políticas que os aspectos técnicos da elaboração de leis.

A literatura de estratégia de grupos de interesse sugere que quando tentam influenciar processos de decisão regulatória, atores industriais podem ser mais propensos a empreender estratégias ‘insider’ [de dentro] que aproveitam seu conhecimento e relações prévias com agências regulatórias, enquanto que grupos de interesse advocatícios podem ser mais propensos a usar estratégias ‘outsider’ [de fora] que incluem a mobilização de seus integrantes, divulgação na mídia e protesto. Em processos modernos de elaboração de leis regulatórias, contudo, ambas as categorias de atores incluem organizações altamente sofisticadas e os padrões na estratégia de grupos de interesse que nós observamos podem ser mais nuançadas que a tradicional dicotomia de dentro/de fora prediz. Conforme a elaboração de leis em nível estadual torna-se crescentemente central para a elaboração de políticas públicas nos Estados Unidos, analisar as estratégias usadas pelos vários grupos de interesse para influenciar processos regulatórios pode ajudar a explicar a variação nos resultados da elaboração de leis entre estados.”